

I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO AS INFORMAÇÕES ABAIXO!

01. A identificação do candidato dar-se-á mediante o número da inscrição, lançado em todas as páginas pelo próprio candidato, na parte superior direita do CADERNO DE RESPOSTAS. Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. Caderno de Provas, bem como, Caderno de Resposta e Gabarito sem o número de inscrição não serão apreciados para correção pela Comissão.

02. No cartão GABARITO preencha o número de inscrição assinalando-o conforme modelo abaixo:

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 0017

		1	2	3	4	5	6	7	8	9
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0		2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6		8	9

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 0173

		1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0		2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6		8	9
	0	1	2		4	5	6	7	8	9

03. Confira se o CADERNO DE PROVAS contém:

- a) 40 (quarenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva, cada uma com 04 (quatro) assertivas;
- b) 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- c) 01 (um) tema para a Dissertação.

04. Confira se o CADERNO DE RESPOSTAS contém:

- a) Folha de resposta com 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- b) Folha de resposta destinada à Dissertação do tema proposto.

05. Assinale apenas 01 (uma) resposta para cada QUESTÃO OBJETIVA.

06. Preencha o cartão "GABARITO" com caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo integralmente, sem ultrapassar o espaço correspondente à alternativa. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão.

07. As respostas das QUESTÕES SUBJETIVAS e a DISSERTAÇÃO devem ser em letra legível e a caneta.

08. Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVAS, tampouco, do CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "GABARITO".

09. Na avaliação das questões subjetivas e dissertativas, considerar-se-á o conteúdo jurídico correspondente ao requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como o domínio do vernáculo, a gramática e ortografia.

10. Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:

- a) Rasura do cartão GABARITO;
- b) Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão no cartão GABARITO;
- c) Marcação incorreta no cartão GABARITO da resposta para a questão;
- d) Marcação das respostas a lápis no cartão GABARITO; e
- e) Ausência de qualquer marcação para a assertiva no cartão GABARITO.

11. Será atribuída nota 0,0 (zero) à questão subjetiva e/ou dissertação:

- a) Escrita a lápis no CADERNO DE RESPOSTAS (serão consideradas apenas repostas à caneta). Respostas escritas no Caderno de Provas não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para o CADERNO DE RESPOSTAS;
- b) Sem oferta de resposta escrita (em branco); e
- c) Respostas incorretamente.

12. O candidato não deve: riscar, rasurar, amassar, dobrar, sujar o CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "GABARITO". A leitura ótica do cartão poderá estar prejudicada.

13. O tempo de duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões no CADERNO DE PROVAS, o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS (Questões Subjetivas e Dissertação) e do cartão "GABARITO".

14. É vedado qualquer tipo de consulta (seja de legislação "seca", "comentada" ou "anotada", doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários, etc).

15. Não será admitido ao candidato:

- a) A entrada na sala de provas portando armas, celulares, *pagers*, *laptops*, relógio, calculadora ou qualquer outro dispositivo eletrônico;
- b) O uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se os óculos contiverem grau.

16. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação fraudulento.

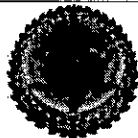
17. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início.

18. Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CADERNO DE RESPOSTAS, bem como, no cartão "GABARITO". Após conferência, entregar ao fiscal e assinar a folha de presença, certificando a entrega.

19. O CADERNO DE PROVAS não será disponibilizado para o candidato levar para casa. Se necessário, o candidato poderá solicitar, por escrito, a vista do CADERNO DE RESPOSTAS, junto à Coordenação dos Estágios, localizada no Prédio Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, localizado na Avenida Santos Dumont, nº 710, São Pedro, nesta Capital, no horário das 8 às 12 e 14 às 18 horas.

Após homologação do certame, todos os documentos dos candidatos e cadernos de prova e de resposta serão destruídos.

Boa Vista, 09 de setembro de 2018.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

N
Ã
O

U
T
I
L
I
Z
A
R

E
S
T
E

E
S
P
A
Ç
O



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Por se tratar de matéria de ordem pública, o juiz deve declarar a prescrição em qualquer fase do processo, desde que provocado para tanto.
- B) A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- C) A prescrição da pretensão punitiva consiste em forma de extinção de punibilidade que ocorre antes de transitar em julgado a sentença penal condenatória.
- D) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 60 (sessenta) anos.

2. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- B) Se o homicídio é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe o juiz poderá acrescentar à pena-base fixada originalmente outros dois terços.
- C) A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.
- D) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

3. Acerca do crime de roubo, é CORRETO afirmar:

- A) Para caracterizar crime de roubo, o emprego da simples ameaça é suficiente.
- B) O concurso de duas ou mais pessoas na prática do crime de roubo não altera a pena-base.
- C) O crime de latrocínio se configura ainda que da violência empregada no crime de roubo resultar lesão corporal leve.
- D) O roubo praticado durante o repouso noturno não é qualificado.

4. Considerando o bem juridicamente tutelado, o legislador reconheceu a importância da vida, tipificando a conduta de homicídio como o primeiro crime da parte especial do nosso Código Penal. Sobre este crime, é CORRETO afirmar:

- A) A mãe que mata seu filho durante o parto, pratica o crime de aborto.
- B) O crime de homicídio, quando praticado contra a esposa de um policial rodoviário federal, em razão desta condição, será considerado qualificado.
- C) Considerando a teoria da ficção jurídica, a pessoa jurídica pode ser sujeito ativo do crime de homicídio.
- D) Se praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, a pena será aumentada de até dois terços.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

5. Sobre a dosimetria das penas, assinale a alternativa CORRETA:

- A) São circunstâncias judiciais a culpabilidade, a conduta social, a reincidência, os motivos, as circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima.
- B) A pena sempre deve ser agravada quando o agente comete o crime contra mulher, adolescente, idoso ou enfermo.
- C) A pena-base será fixada atendendo-se às circunstâncias judiciais; em seguida serão consideradas as causas de diminuição e de aumento; por último, as circunstâncias atenuantes e agravantes.
- D) Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

6. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) São considerados crimes hediondos, dentre outros: estupro, latrocínio, homicídio simples e tortura.
- B) Aquele que comete um crime hediondo não fará jus a anistia, graça, indulto e fiança.
- C) Prevê o Código de Trânsito Brasileiro que ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.
- D) A Lei de Drogas prevê uma espécie de colaboração premiada, cujo benefício dado ao agente, no caso de condenação, é a redução da pena.

DIREITO CIVIL

7. De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a opção INCORRETA:

- A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país sessenta dias depois de oficialmente publicada.
- B) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- C) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- D) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

8. Ainda de acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a opção INCORRETA:

- A) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- B) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- C) Não conhecendo a lei federal, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.
- D) Quando a pessoa não tiver domicílio, considerar-se-á domiciliada no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

9. De acordo com o expressamente previsto no Código Civil, a incapacidade para os menores cessará nas seguintes hipóteses, EXCETO:

- A) Pela colação de grau em curso de ensino superior.
- B) Pelo exercício de emprego público efetivo ou comissionado.
- C) Pelo casamento.
- D) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.

10. Sobre a proteção da pessoa dos filhos, assinale a opção INCORRETA:

- A) A guarda será unilateral ou compartilhada.
- B) Na guarda compartilhada sempre deve-se ter em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.
- C) O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz.
- D) A guarda compartilhada não poderá ser requerida em medida cautelar.

11. Sobre o reconhecimento dos filhos, assinale a opção INCORRETA:

- A) O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais, desde que conjuntamente.
- B) O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento.
- C) O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento.
- D) Qualquer pessoa, que justo interesse tenha, pode contestar a ação de investigação de paternidade, ou maternidade.

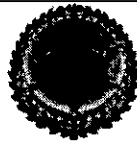
12. Sobre o poder familiar, assinale a opção INCORRETA:

- A) Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.
- B) Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.
- C) O filho, ainda que reconhecido pelo pai, fica sob poder familiar exclusivo da mãe.
- D) O divórcio não altera as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Acerca do Inquérito Policial assinale a opção CORRETA:

- A) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública sempre deverá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- B) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado, de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- C) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não caberá recurso.
- D) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 20 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

14. Acerca das disposições previstas no Código de Processo Penal, no que se refere as testemunhas, assinale a opção INCORRETA:

- A) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.
- B) O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.
- C) Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz sempre deverá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.
- D) As testemunhas comunicarão ao juiz, dentro de um ano, qualquer mudança de residência, sujeitando-se, pela simples omissão, às penas do não-comparecimento.

15. Acerca das disposições contidas no Código de Processo Penal quanto a prisão, assinale a opção CORRETA:

- A) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e da autoria.
- B) A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva nem sempre será motivada.
- C) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for, maior de 70 (setenta) anos, gestante, mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.
- D) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

16. Acerca das disposições contidas no Código de Processo Penal, quanto as citações e intimações, assinale a opção CORRETA:

- A) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, devendo o juiz em todos os casos determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.
- B) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- C) O processo terá completada a sua formação quando realizada a intimação do acusado.
- D) Se o réu estiver preso, será citado por edital.

17. Acerca das disposições contidas no Código de Processo Penal, quanto a ação penal, assinale a opção INCORRETA:

- A) O inquérito policial é peça indispensável ao oferecimento de denúncia pelo Ministério Público.
- B) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- C) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- D) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Assinale a opção CORRETA:

- A) A legitimidade ativa do Ministério Público para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente é condicionada à hipótese de perda ou suspensão do exercício do poder familiar dos pais.
- B) A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- C) É necessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais, sob pena de nulidade.
- D) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte.

19. Assinale a opção CORRETA:

- A) Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.
- B) Em razão da prerrogativa de intimação pessoal prevista no art. 180 do CPC, o Ministério Público, no processo civil, não é obrigado a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações.
- C) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade não produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.
- D) A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

20. Assinale a opção CORRETA:

Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

I - em que o exija o interesse público ou social;

II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;

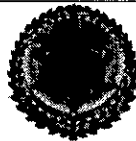
III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

IV - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo, bem como nas hipóteses que envolvam improbidade administrativa;

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Somente os itens I, II e IV.
- C) Somente os itens I, II e III.
- D) Todos os itens estão errados.

21. Assinale a opção INCORRETA:

- A) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.
- B) Em razão da urgência, na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz não precisará motivar seu convencimento.
- C) O militar em serviço ativo será citado na unidade em que estiver servindo, se não for conhecida sua residência ou nela não for encontrado.
- D) A citação será pessoal, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, do executado ou do interessado.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

22. Assinale a opção CORRETA:

- A) O processo começa por iniciativa da parte ou de ofício e se desenvolve por impulso oficial.
- B) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- C) Como decorrência do princípio do contraditório, em nenhuma hipótese se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida;
- D) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

23. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, aprovados conforme o §3º, do artigo 5º, da Constituição Federal, têm que natureza jurídica?

- A) Norma supralegal.
- B) Lei ordinária.
- C) Emenda constitucional.
- D) Lei complementar.

24. Assinale a alternativa que contém apenas objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme o texto constitucional:

- A) Erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) Erradicar a pobreza, promover o bem de todos sem qualquer forma de discriminação e estimular o livre mercado.
- C) Erradicar a pobreza, garantir o desenvolvimento nacional e combater o armamentismo.
- D) Erradicar a pobreza, combater as desigualdades e garantir o pluralismo jurídico.

25. Podem ser extraditados:

- A) Estrangeiros pelo cometimento de qualquer crime.
- B) Brasileiros naturalizados por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, mesmo tendo ocorrido tal envolvimento depois da naturalização.
- C) Estrangeiros pelo cometimento de crime político.
- D) Brasileiros naturalizados pelo cometimento de crime hediondo.

26. Conforme recente julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal, em sua composição plenária, nos autos da Ação Penal 937, firmou-se o seguinte entendimento sobre prerrogativa de foro:

- A) Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o STF por crimes de qualquer natureza que tenham cometido somente após a diplomação.
- B) Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o STF por crimes de qualquer natureza que tenham cometido antes da diplomação.
- C) Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o STF por crimes que tenham cometido apenas no exercício do cargo.
- D) Deputados e Senadores serão submetidos a julgamento perante o STF por crimes que tenham cometido no exercício do cargo e que tenham relação com as funções desempenhadas.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

27. Dos quatorze membros do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, quantos são os membros do Ministério Público dos Estados:

- A) Três.
- B) Sete.
- C) Cinco.
- D) Seis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Acerca da Administração Pública, assinale a opção INCORRETA:

- A) Administração Pública no sentido objetivo indica atividade, tarefa, ação, e no sentido subjetivo expressa o universo de pessoas e órgãos que desempenham a mesma função.
- B) Quando uma prefeitura exerce o trabalho de limpeza pública ocorre a concentração administrativa.
- C) As autarquias são um exemplo de administração pública desconcentrada.
- D) As empresas públicas podem ter qualquer forma societária.

29. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Quando um policial militar prende em flagrante delito um criminoso está exercendo o poder de polícia.
- B) Autoexecutoriedade é uma característica da polícia administrativa e significa que o administrador pode atuar sem a intervenção de outro poder.
- C) A instalação de redes elétricas e gasodutos em áreas privadas é um exemplo de limitação administrativa, lastreada no poder de polícia.
- D) Tombamento é uma forma de intervenção do estado na propriedade, para a proteção exclusiva de bens imóveis de natureza histórico-cultural.

30. Acerca dos agentes públicos e poderes administrativos, assinale a opção CORRETA:

- A) Embora parte da doutrina não concorde, para o Supremo Tribunal Federal, os membros do Ministério Público e os juízes são agentes políticos.
- B) Quando a administração pública aplica uma multa contratual a uma empresa privada responsável por uma obra pública, não exerce poder disciplinar, por não haver vínculo subordinativo entre ambas.
- C) Quando um juiz, numa decisão processual, determina que um administrador faça um concurso público, exerce funções típicas do poder hierárquico.
- D) Os servidores públicos podem ter regime estatutário ou celetista.

31. Sobre o ato administrativo, assinale a alternativa CORRETA:

- A) São seus elementos, para a doutrina majoritária, a competência, a finalidade, a forma, a formalidade, o motivo, a motivação, o objeto e o objetivo, sendo que os três primeiros compõem o mérito do ato.
- B) A competência pode ser delegada e avocada livremente, apenas nos atos discricionários.
- C) A teoria dos motivos determinantes não é aplicável ao ato discricionário que dispensa motivação, como, por exemplo, a exoneração de servidor comissionado.
- D) Imperatividade ou coercibilidade do ato administrativo significa que ele é cogente, não cabendo ao administrado recusar-se ao seu cumprimento.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

32. Acerca de processo e contrato administrativo, assinale a opção CORRETA:

- A) O devido processo legal, contraditório diferido, ampla defesa, oficialidade, publicidade e verdade formal são alguns dos princípios do processo administrativo, indicados pela doutrina.
- B) A sindicância é meio sumário de apuração de ocorrências administrativas anômalas, de caráter inquisitório.
- C) O fato do príncipe é qualquer evento imprevisível e extracontratual que afeta a execução contratual.
- D) Se a administração não paga ao contratado o valor devido na data prevista, cabe a oposição de exceção de contrato não cumprido.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

33. Acerca das disposições contidas na Lei de Crimes Ambientais, assinale a opção INCORRETA:

- A) Nas infrações penais previstas nesta Lei, a ação penal é pública condicionada.
- B) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme disposto nesta Lei.
- C) São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: reincidência nos crimes de natureza ambiental; ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária.
- D) As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, de acordo com a Lei n.º 9.605/98, são: multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.

34. Acerca das disposições contidas no Estatuto do Idoso, assinale a opção INCORRETA:

- A) O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei.
- B) As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos pela Lei n.º 10.741/03 forem ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento e, em razão de sua condição pessoal.
- C) O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso.
- D) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, em qualquer instância, sendo que dentre os processos de idosos, dar-se-á prioridade especial aos maiores de setenta anos.

35. Acerca do Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção CORRETA:

- A) O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais a adoção de novas técnicas.
- B) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada independentemente da verificação de culpa, o que se denomina de responsabilidade objetiva.
- C) São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que transfiram responsabilidades a terceiros.
- D) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, salvo os decorrentes da prestação de serviço público.

36. Acerca da improbidade administrativa, assinale a opção CORRETA:

- A) Todos os atos de improbidade podem ser punidos por dolo ou culpa.
- B) Os atos de improbidade que causam danos ao erário só podem ser punidos por dolo.
- C) Os atos de improbidade que geram enriquecimento ilícito, só podem ser punidos por dolo.
- D) Atentar contra os princípios administrativos não é ato de improbidade.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

37. Em relação aos direitos das pessoas portadoras de deficiência, é INCORRETO afirmar:

- A) Para instruir as medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, não sendo permitida a imposição de sigilo em nenhuma hipótese.
- B) Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.
- C) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- D) O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

38. Acerca do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), assinale a opção INCORRETA:

- A) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- B) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais;
- C) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- D) A conduta de praticar um delito na companhia de criança ou adolescente é crime punido pelo ECA, condicionada à prova da corrupção efetiva.

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/94

39. Sobre a definição, princípios e funções institucionais do Ministério Público, assinale a opção INCORRETA:

- A) É instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.
- B) Incumbe-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- C) Tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- D) Dispõe de autonomia funcional, administrativa e financeira.

40. Sobre as funções gerais do Ministério Público, assinale a opção INCORRETA:

- A) Propor ação de inconstitucionalidade de Leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual.
- B) Propor ação de inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma da Constituição Estadual.
- C) Promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios.
- D) Promover, concorrentemente, a ação penal pública.



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES SUBJETIVAS (5 A 15 LINHAS)

QUESTÃO 01 (PENAL):

João matou sua ex-sogra, de 72 anos, a tiros, por vingança, em virtude dela ter acolhido sua ex-esposa em casa após a separação do casal e aconselhá-la a não manter mais contato com ele, pois sabia que ele era bastante agressivo com sua filha. Marcos, seu amigo, sabendo da história, emprestou-lhe a arma do crime, um revólver, e disse que se fosse com ele “resolveria na bala e mataria a velha”. Pergunta-se:

- a) João e Marcos respondem pelo mesmo crime? Justifique.
- b) Marcos é considerado coautor ou partícipe deste crime? Explique.
- c) Considerando se tratar do crime de feminicídio, é possível, neste caso, que o autor seja condenado a pena superior ao máximo de 30 anos previsto no art. 121, §2º do Código Penal? Explique.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 02 (CIVIL):

Nos termos do Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, “a Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada”.

Apresente a definição legal de ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada.

R
A
S
C
U
N
H
O



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

QUESTÃO 03 (CONSTITUCIONAL):

O artigo 4º da Constituição Federal dispõe que “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não-intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X – concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

Discorra sobre pelo menos três princípios previstos no artigo acima, através dos quais seria possível, em tese, a formação de comunidade latino-americana de nações prevista no parágrafo único.

R
A
S
C
U
N
H
O



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

CADERNO DE PROVAS – DISSERTAÇÃO (20 A 30 LINHAS)

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO: fidelidade à temática; coerência, objetividade e clareza na exposição das ideias; atendimento às normas da gramática; atenção ao limite de linhas. O conteúdo da dissertação que estiver além do limite de linhas será desconsiderado.

“STF começa debate sobre legalização do aborto até 12ª semana de gravidez. O STF (Supremo Tribunal Federal) realiza a partir desta sexta (3) um amplo debate com representantes de setores favoráveis e contrários à descriminalização do aborto tanto para a mulher que deseja fazê-lo como para as pessoas que a auxiliarem” (fonte: www.folha.uol.com.br).

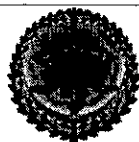
Com base no excerto jornalístico acima, elabore sua redação sobre o TEMA:

“LEGALIZAÇÃO DO ABORTO”

Ao dissertar, faça abordagem baseada nas leis e princípios que orientam o ordenamento jurídico brasileiro sobre o tema, posicionando-se a respeito da problemática.

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O



**I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR
DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA PARA
ATENDER A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUCAJÁ**

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

